



CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

REQUERIMENTO

**REQUERIMENTO DE REGISTRO EM
ATA do texto A “JUSTIÇA E A
SEGURANÇA” ENTRE DOIS PESOS E
DUAS MEDIDAS.**

Senhor Presidente

A gravidade e a discrepância de alguns dos últimos acontecimentos nos colocam diante de situações tão escandalosas que, necessariamente, somos obrigados a nos manifestar sobre que destinos, que Justiça e que Política Pública de Segurança queremos para o nosso país, para que, de fato, possamos construir uma nação mais justa, democrática e soberana.

Na última sexta-feira, 28, a desembargadora Solange Salgado (da Justiça Federal – TRF-1) revogou a prisão preventiva do banqueiro Daniel Vorcaro, que estava detido desde o dia 18/12. Além de Vorcaro, outros quatro investigados tiveram também suas prisões revogadas.

O Banqueiro Vorcaro é o principal alvo das investigações que apuram suspeitas de fraudes financeiras envolvendo o Banco Master e a venda de créditos ao BRB – Banco Regional de Brasília, um poderosíssimo esquema financeiro que provocou prejuízos bilionários.

A prisão ocorreu no âmbito da “Operação Compliance Zero”, realizada pela Polícia Federal, que combate a emissão de títulos de crédito falsos por instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional. São crimes relacionados à gestão fraudulenta, gestão temerária, organização criminosa, dentre outros. Desvios que envolvem, no mínimo, a quantia de R\$ 12 bilhões.

Para além do BRB e do Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, as operações suspeitas envolvem também o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, o governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas e outros expoentes políticos do Centrão e do Bolsonarismo, tais como: o senador Ciro Nogueira, presidente nacional do PP – Partido Progressista, Arthur Lira, deputado federal do PP, ex-presidente da Câmara dos Deputados e Antonio Rueda, presidente nacional do União Brasil, dentre outros.

É um escândalo bilionário de enormes proporções, que pode afetar mais de 1,6 milhão de investidores, bem como milhares de servidores públicos, que podem ter suas aposentadorias comprometidas, devido às operações fraudulentas realizadas pelos gestores (governadores etc) de seus fundos de aposentadorias. E há também conexões, que estão sendo ainda investigadas, que conectam operações do Banco Master com as que foram objeto da Operação Carbono Oculto, envolvendo instituições do setor financeiro/Faria Lima





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

e o PCC.

O Banco Master foi liquidado pelo Banco Central, esta situação implicou no maior açãoamento da história do FGC – Fundo Garantidor de Créditos, contribuiu para abalar a credibilidade do sistema financeiro, terá, certamente, fortes implicações judiciais e, certamente, trará significativos prejuízos a investidores e fundos públicos. Ou seja, são inquestionáveis a gravidade e o alcance desses crimes.

No entanto, o Banqueiro e seus comparsas, foram soltos. Mesmo com Daniel Vorcaro tendo sido preso no aeroporto, numa situação em que estava prestes a fugir do país.

Esta revogação de prisões preventivas de envolvidos em um dos maiores crimes financeiros já realizados em nossa história, se dá em meio a acontecimentos, discussões e pressões nas casas legislativas do Brasil para aumento de penas para pessoas envolvidas em crimes e nas demais ações patrocinadas pelo crime organizado em nosso país.

Evidentemente que as pessoas condenadas – logicamente tendo preservado o amplo direito de defesa de cada um – devem, devidamente, responder pelos crimes que cometeram. E, evidentemente também, que é necessário combater com toda eficácia possível as ações do crime organizado em nosso país.

Mas esta situação é reveladora de uma grande e vergonhosa hipocrisia. Pois esta abordagem de defesa sistemática de aumento de penas e de uma lógica “punitivista” se dá de forma absolutamente seletiva. São dois pesos e duas medidas. Para pobres, pretos, favelados e moradores dos morros mais punições. Para os chefões das quadrilhas, banqueiros, para a elite da Faria Lima, o tratamento é outro bem diferente.

É o que vimos, por exemplo, nos debates em torno da aprovação recente do PL Antifacção (PL 5.582/25), na Câmara dos Deputados, que teve o deputado Guilherme Derrite, ex-Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, como Relator; bem como no clamor social decorrente da desastrosa ação policial que ocorreu nos Complexos do Alemão e da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, que levou a 121 mortos, operação esta autorizada pelo governador Cláudio Castro.

E, diga-se de passagem, o problema não se resume ao tratamento diferenciado para as pessoas que se situam em condições sociais diferentes, o que por si só já é algo muito grave, mas há também uma verdadeira Política de Proteção aos setores das elites envolvidos com o crime organizado neste país.

Isto ficou evidente, por exemplo, na tentativa frustrada de aprovação da chamada “PEC da Blindagem” e, também, nas insistentes tentativas do Relator Derrite, em parceria com as Bancadas do Centrão e do Bolsonarismo, em colocar obstáculos na atuação da Polícia Federal no combate ao crime organizado em nosso país.

Portanto, trata-se de uma concepção de Justiça e de Políticas Públicas de Segurança que combinam dois aspectos nefastos: a visão punitiva e extremamente violenta contra os mais





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

pobres e a proteção aos integrantes das elites que comandam as organizações criminosas em nosso país, em parceria com determinados agentes do sistema financeiro, com partidos políticos, setores da Justiça etc.

Em função desta gravíssima situação, recorremos à esta importante Casa de Leis do Município de Santo André para registrar este pronunciamento público que expressa, por um lado, nossa profunda indignação e, por outro, nosso compromisso com a luta para que tenhamos de fato em nosso país uma Justiça que não seja imparcial e para que nossa sociedade possa contar efetivamente com uma política de segurança pública de verdade, que preserve seus direitos e puna com o rigor da Lei todas as pessoas que devam ser efetivamente punidas, mas sem privilégios e sem apoio aos integrantes das nossas elites que continuam a praticar crimes e a comandar organizações criminosas de formas cada vez mais sofisticadas.

1) Carlos Ferreira - Presidente Mesa Diretora

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 2 de dezembro de 2025.

Ver. Ricardo Alvarez
VEREADOR



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 360038003600310036003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.